

Feminismo Decolonial Indígena e a Educação Profissional Tecnológica Brasileira de Meninas e Mulheres Indígenas

Claudionor Renato da Silva¹

RESUMO

O Feminismo Decolonial Indígena (FDI) produzido nas Américas e Caribe para a Educação Profissional Tecnológica (EPT) brasileira trata-se de uma proposta de estudo que problematiza essa relação na formação de meninas e de mulheres indígenas como protagonistas de formação e de produção de conhecimento no acesso e na permanência em cursos dos Institutos Federais (IF) e formatações egressas, pós formadas. A problemática desta investigação está às voltas em expressar reflexões não colonialistas sobre a configuração do pensamento do FDI presente nas Américas e Caribe na EPT de meninas e mulheres indígenas. Objetiva-se, de forma geral, organizar uma reflexão que permita a identificação do pensamento do FDI na EPT dos Institutos Federais (IF) brasileiros. Especificamente, objetiva-se mapear, de forma breve, o referencial teórico do FDI das Américas e Caribe; em segundo lugar, inventariar as produções sobre EPT nos IF brasileiros que estão direcionados ao tema do feminismo e do protagonismo de meninas e mulheres indígenas no ensino técnico. A metodologia é o da Revisão da Literatura no elencamento de produções nacionais do *Google Acadêmico* sob o descritor “educação profissional, gênero, indígenas”, no período de 2010 a 2020. Critério de inclusão: artigos em periódicos nacionais, dissertações, teses e publicações em eventos científicos. Os resultados indicam que o pensamento FDI na EPT está marcado pelos seguintes elementos: o elemento cultural, o elemento político (local/nacional/internacional-continental), o elemento articulador profissionalidade-comunidade e o elemento das “construções” futuras, inacabadas, ligadas à terra, ao território. Conclui-se o presente artigo com “continuidades” não só de lutas, mas de articulações dos e nos elementos identificados como marcadores do FDI para a EPT nos IF brasileiros promovendo o protagonismo de produção de conhecimento de meninas e mulheres indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Decolonial Indígena. Educação Profissional Tecnológica. Meninas e Mulheres Indígenas. Américas e Caribe.

Indigenous Decolonial Feminism and the Brazilian Technological Professional Education of Indigenous Girls and Women

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: claudionorsil@gmail.com.

ABSTRACT

The Decolonial Indigenous Feminism (DIF) produced in America and the Caribbean for Brazilian Technological Professional Education (TPE) is a study proposal that problematizes this relationship in the formation of girls and indigenous women as protagonists of formation and production of knowledge, access and permanence in courses offered by the Federal Institutes (FI) and postgraduate training. The problem of this investigation is around expressing (non-colonial) reflections on the configuration of DIF thinking present in America and the Caribbean in the TPE of indigenous girls and women. The objective is, in general, to organize a reflection that allows the identification of the DIF s thinking in the TPE of the Brazilian Federal Institutes (FI). Specifically, it aims to briefly map the DIF theoretical framework in America and the Caribbean; second, to make an inventory of the productions on TPE in Brazilian FIs that are directed to the theme of feminism and the protagonism of indigenous girls and women in technical education. The methodology is the Literature Review in the listing of national productions by Google Scholar under the descriptor “professional education, gender, indigenous”, from 2010 to 2020. Inclusion criteria: articles in national journals, dissertations, theses and publications in scientific events. The results indicate that DIF thinking in the TPE is marked by the following elements: the cultural element, the political element (local/national/international-continental), the professionalism-community articulating element and the element of future, unfinished, linked “constructions” to the land, to the territory. This article concludes with “continuities” not only of struggles, but of articulations of and in the elements identified as DIF markers for TPE in Brazilian FIs promoting the protagonism of knowledge production of indigenous girls and women.

KEYWORDS: Indigenous Decolonial Feminism. Technological Professional Education. Indigenous Girls and Women. Americas and the Caribbean.

Introdução

Feminismo Decolonial Indígena (FDI), pensamento construído nas Américas e Caribe, é uma categoria conceitual útil para se pensar na educação brasileira, na modalidade profissional (Educação Profissional Tecnológica - EPT), as relações étnico-raciais, sob o ponto de vista e sob o enfoque das meninas e mulheres indígenas, interconectando/articulando dois referenciais importantes, de um lado, o referencial feminista, de outro, o referencial decolonial.

Diante destas categorias conceituais úteis, a problemática dessa investigação está às voltas em expressar reflexões sobre a configuração do pensamento do FDI presente nas Américas e Caribe na EPT formalizada nos Institutos Federais brasileiros.

Construir essa problemática é desafiador quando se procura as justificativas do estudo. O desafio reside, sobretudo, pelo caráter integrador e local em que a EPT deve se orientar, caráter esse, definido desde a sua implantação (MANFREDI, 2002; BRASIL, 2008b, BRASIL, 2012).

O caráter integrador e local da EPT está definido no inciso I, do Artigo 6º (Brasil, 2008 a), qual seja, a atenção para o desenvolvimento regional em que o Instituto Federal está construído. Nesse desenvolvimento regional, cidades e regiões que possuem comunidades indígenas devem construir seus projetos educacionais considerando essas comunidades e suas particularidades/especificidades.

Os Institutos Federais brasileiros e a história da educação profissional possuem um marco inflexional interessante no documento Brasil (2008a, 2008b): é possível identificar nesse demarcador histórico, a preocupação da educação brasileira em associar os IFs ao projeto de desenvolvimento do Brasil nas diversas regiões, portanto, uma questão territorial. E trata-se, assim, de uma questão importante para os povos e nações indígenas brasileiras. Esses povos e nações devem ser o público das ações de formação profissional promovendo integração e, sobretudo, respeito às fronteiras territoriais e culturais. A questão territorial da EPT não está desconectada da questão territorial indígena, aliás, nunca esteve; a revisão da literatura demonstra muito bem isso. De acordo com Brasil (2008a), “território geográfico” deve ser pensado de uma forma ampla, pois

[...] a esse conceito deve ser incorporada a concepção de território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo. Trata-se, portanto, de um espaço estabelecido por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. Esse cenário exige que se supere a dimensão apenas geográfica de território e passe a percebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação. É no território que se materializa o desenvolvimento local e regional na perspectiva da sustentabilidade – um dos preceitos que fundamenta o trabalho dos institutos federais. Ouvir e articular as demandas do território nos quais essas instituições estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania, é imprescindível (BRASIL, 2008b, p. 36).

Pensar o público indígena e, em particular, a presença da menina e da mulher indígena no projeto territorial e sociocultural de educação profissional é de suma importância para as comunidades e nações indígenas brasileiras e para o conjunto dos movimentos sociais indígenas nas Américas e Caribe. Atentos a esse movimento, recentemente a Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas) incluiu o tema do *empowerment* de meninas e mulheres. Mas, a questão/luta é muito anterior a essa política de alcance mundial como se demonstrará ao longo deste artigo.

Para aprofundar nossa questão sobre o papel da EPT nas regiões brasileiras, o inciso II do Artigo 6º afirma: “II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo

educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”. Dessa afirmação, depreende-se que, em regiões com populações indígenas, os estudos sobre a EPT não podem deixar a temática indígena excluída. Nesse caso, não só ter como foco o processo educativo e formativo, mas focar também a pesquisa com protagonismo indígena. Além disso, considerando a reflexão decolonial sob o FDI, como categoria de pensamento, tornam-se necessárias ações que identifiquem e promovam o protagonismo de meninas e mulheres indígenas.

Do mesmo modo, admite-se que as pesquisas sobre o FDI, nos IFs, necessitam, do ponto de vista decolonial, apresentar os mesmos enfoques: o enfoque formativo sobre como se dá, quais são os limites de sua efetividade etc., mas também, o enfoque no olhar da pesquisa sobre as meninas e mulheres, nesses espaços, seja no acesso e/ou permanência, para o também fator “egressas” com perguntas, por exemplo: as meninas e mulheres voltam à comunidade? Quais as possibilidades de permanência na cidade, concursos públicos, ou avanço à formação universitária em graduação e pós-graduação? Estas são questões fundamentais aos estudos do FDI na EPT brasileira, inovações de pesquisas ainda por serem feitas sob o FDI que não se expandem, neste artigo, apenas se inflexionam, mas que são outros elementos demarcadores para futuras pesquisas sobre o protagonismo indígena de meninas e mulheres na EPT.

Os incisos III ao IX parecem manter esse alinhamento do desenvolvimento da pesquisa, contudo, deixam nas “entrelinhas” muitas questões, como as do parágrafo anterior, que necessitam serem protagonizadas, pelas meninas e mulheres indígenas, por meio dos saberes e das pesquisas.

Diante das justificativas à questão problemática dessa pesquisa, objetiva-se, de forma geral, organizar elementos de articulação que identifiquem o FDI na EPT dos Institutos Federais (IF) brasileiros. Especificamente, objetiva-se: 1) identificar a presença do pensamento do FDI das Américas e Caribe, na produção nacional sobre a EPT; 2) encontrar, nas produções brasileiras, o FDI e a forma como é possível detectar o FDI nos “fazer” da EPT nos IFs brasileiros, considerando a presença de meninas e mulheres indígenas como protagonistas das ações, articulações de luta e resistência de gênero.

Para responder à questão da pesquisa e atingir os objetivos, especialmente, o geral, utiliza-se da revisão da literatura (SAMPIERI, COLLADO e LÚCIO, 2006) que será

apresentada em seção específica, mais adiante. Na seção seguinte se explicita, de forma breve, o referencial teórico do FDI.

1. Fundamentação breve sobre o FDI

Feminismo Decolonial Indígena é um referencial de múltiplas linguagens e teorias. Seria necessário um estudo teórico fundamental, por exemplo, pela Grounded Theory (CHARMAZ, 2009) ou a metodologia do Marco Teórico de Sampieri, Collado e Lúcio (2006) para que houvesse no contexto das Américas e Caribe, uma teoria mais enxuta, mais “resenhada” que alinhasse esses vários olhares ao FDI no protagonismo e na autoria de mulheres indígenas ou suas ascendentes, em especial, para o caso brasileiro.

Em Lugones (2014), encontramos um desses olhares do FDI na abordagem da “colonialidade de gênero”. Para esta autora, o próprio construto colonial ou política de colonização nas Américas e Caribe demonstra o lugar por onde (e aonde) se inicia o movimento contracolonial, ou seja, decolonial; em especial, para a decolonialidade feminista indígena.

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. (LUGONES, 2014, p. 936).

Em Lugones (2014), aparece o termo “feminismo descolonial”, ou seja, uma ideia ou lógica de desconstrução e anulação do colonialismo. A proposta é de uma resistência e anulação da colonialidade de gênero quase naturalizada, sobretudo, nas meninas e mulheres indígenas da América e Caribe. Maria Lugones (2008; 2010; 2012; 2014) é uma das autoras mais citadas no levantamento bibliográfico dessa pesquisa e que apoia a categoria FDI. Corroboram também para os múltiplos olhares do FDI autoras de ascendência indígena como Green (2007) e Carlson-Manathara e Rowe (2021). Contudo, vale reiterar que a seção não pretende ser um “tratado” teórico aprofundado, mas um mapeamento indicador das

referências com as quais se pretende operacionalizar um olhar para as produções sobre EPT no que tange a presença e protagonismo de meninas e mulheres indígenas.

No âmbito da abordagem ou perspectiva da “decolonialidade e gênero” e outras categorias que podem ser “dimensionadas” ao conceito de FDI têm-se nomes como Oyèrónke Oyêwùní (1997); Catharine Walsh (2005; 2013); Schiwy, Mignolo e Torres (2006); Silvia Rivera Cusicanqui (2012) e Rita Laura Segato (2016). Quijano (1998); Kush (2000); Arias (2010); Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019); e Losurdo (2020) são, também, alguns nomes a serem estudados, aprofundados para o FDI e como já se afirmou, não se pretende e não há espaços para aprofundamentos em todas essas referências de suma importância às continuidades do presente estudo. Com essas(es) autoras(es) é possível a construção da seguinte máxima teórica: Decolonizar, descolonizar o gênero é, assim, uma ação política contra o instituído; pensar e produzir saberes e posicionamentos a partir do olhar e do viver decolonial e não colonial. Talvez, melhor dizer: descolonizar o gênero, do ponto de vista do FDI, é ter protagonismo de meninas e mulheres indígenas nos espaços da EFT dos IF brasileiros.

Ainda buscando uma síntese desse referencial tão importante ao estudo aqui empreendido, uma síntese que se reitera é que esse referencial é bem inicial e muito breve, dos múltiplos olhares ao FDI. Diante disso, pode-se construir a seguinte sentença geral:

FDI é um pensamento que faz ‘cair’ a ênfase e atitude colonial que durante muito tempo destruiu os povos e nações indígenas da América e Caribe, os verdadeiros(as) donos(as) destas terras. O FDI é uma construção política e crítica a favor do protagonismo e da autoria de meninas e mulheres indígenas em relação aos mais variados setores (sociais, políticos, econômicos, estéticos etc.), setores esses que passam a ser espaços de suas vidas, sobrevivências e ações (projetos de bem viver), como direito e reparação dos Estados democráticos ao genocídio em massa, a ocupação de suas terras e destruição das florestas e suas riquezas.

Depois de apresentar, na seção seguinte, a metodologia da pesquisa, serão apresentados os resultados e discussões do elencamento das pesquisas em artigos e periódicos nacionais para se responder à problemática sobre o FDI na EPT brasileira.

2. Método e procedimentos

A revisão da literatura para Sampieri, Collado e Lúcio (2006) consiste na consulta e na obtenção de dados já publicados, já escritos sobre determinado tema. Exige-se do(a) pesquisador(a), inicialmente, a extração de fragmentos textuais/documentais que confirmem as respostas à problemática da pesquisa e, depois, a recopilação (ação de resumir, compendiar) desses dados. Finalmente, parte-se para a detecção (descoberta; tentativa/s de encontrar relações/*links*) daquilo que irá responder à questão da pesquisa.

Sampieri, Collado e Lúcio (2006) afirmam que a revisão da literatura ou pesquisa bibliográfica está às voltas, inicialmente, com os dados de primeira mão (fontes primárias). Mas, existem as fontes secundárias e terciárias que possuem como objetivo fornecer fontes de informação

[...] Como exemplo temos: livros, antologias, artigos de periódicos, monografias, teses, dissertações, documentos oficiais, [...] trabalhos apresentados em congressos ou seminários, artigos de jornais, [...] fóruns e páginas da Internet etc. (SAMPIERI, COLLADO, LÚCIO, 2006, p. 54).

Para atender à problemática de pesquisa, elege-se o descritor composto “educação profissional; gênero; indígenas”. Incluídos no elencamento da revisão da literatura: artigos em periódicos e apresentação de trabalhos em congressos científicos, dissertações e teses. Estes são apresentados no Quadro 1 como tipologias.

O levantamento foi feito no período de 2010 a 2020 no Google Acadêmico. Na seção seguinte, a revisão é apresentada a partir do recorte de alguns trabalhos que já dão indicativos de como o pensamento FDI se apresenta na EPT dos cursos dos IFs brasileiros.

3. Resultados e Discussão

O Quadro 1 apresenta pelo menos de um a dois trabalhos, por cada ano, dentro do período de busca da pesquisa bibliográfica (revisão da literatura), segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2006), discutida na seção anterior.

Os títulos permitem vislumbrar as temáticas para o FDI na EPT brasileira, bem como, as tipologias, o alcance dos espaços em que a discussão da presença de meninas e mulheres indígenas na EPT estão evidenciadas, seguindo as perspectivas de Lugones (2008; 2010;

2012; 2014), Walsh (2005; 2013), Schiwy, Mignolo e Torres (2006), Cusicanqui (2012) e Segato (2016).

Sobre as palavras-chave encontradas no inventariamento das pesquisas se encaminham as necessidades de um referencial teórico mais amplo para o entendimento do conceito de FDI na EPT e suas diversas frentes epistemológicas, dado que o referencial construído no artigo é muito breve e com características de brevidade, sem os aprofundamentos necessários em cada autora e autor mapeadas e mapeados.

Os resumos ou textos completos foram lidos e analisados na pesquisa; a apresentação sintética em quadros foi organizada no sentido de proporcionar ao inventário das comunicações de pesquisa, dos artigos, da dissertações e das teses uma melhor visualização e entendimento interpretativo dos resultados e das discussões em torno da problemática e dos objetivos, geral e específicos, já que seria totalmente inviável a apresentação, na íntegra, seja dos resumos, seja do texto completo e, ademais, as referências permitem o acesso direto ao conteúdo tanto dos resumos, quanto do texto completo para aprofundamentos que possibilitem o entendimento da pesquisa. Vale a nota de que no Quadro 2 intitulado “Exemplo de encaminhamentos para o FDI na EPT brasileira” se apresenta uma síntese na íntegra dos resultados das leituras, tanto do referencial teórico breve (mapeamento), construído na seção 2 deste artigo, como também, é resultado do inventariamento das pesquisas em comunicações orais, artigos, dissertações e teses.

Apresenta-se, a seguir, o Quadro 1.

Quadro 1 – Elencamento das produções sobre FDI na EPT brasileira

Referência	Título	Tipologia	Palavras-Chave
Milhomem (2010)	Mulheres indígenas, sim. Professoras, por que não? Um estudo sobre as representações de gênero e poder na comunidade	Evento Científico	Não apresenta
Cunha e Araújo (2011)	Um olhar sobre as relações de gênero das mulheres indígenas no Brasil	Evento Científico	Não apresenta
Godinho (2012)	A experiência escolar de mulheres na educação profissional integrada à EJA: relações de saber em sala de aula	Tese	experiência escolar; mulheres; proeja; saberes
Barros (2013)	Educação Profissional em Regime de Alternância na Comunidade Indígena do Guariba, no Estado de Roraima	Dissertação	educação profissional; educação indígena; pedagogia da alternância; diversidade cultural
Grubits (2014)	Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas	Artigo	mulheres; indígenas; gênero; educação; saúde; cultura

Oliveira, Macêdo e Carvalho (2014)	Mulheres indígenas em Tabatinga (AM): uma análise comparativa entre os residentes na Terra indígena Tukuna Umariçu e as residentes na área urbana	Evento Científico	gênero; indígena; recenseamento; perfil socioeconômico
Lopes (2015)	A educação profissional ofertada pelo IFRR para as comunidades indígenas do município de Amajari - RR	Dissertação	educação indígena; educação profissionalizante; amajari; Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia de Roraima (IFRR)
Martins (2016)	O curso Técnico em Agropecuária na modalidade PROEJA Indígena: Educação profissional na comunidade Ticuna	Dissertação	educação profissional; educação indígena; proeja indígena
Ibarra e Souza (2017)	Mulheres Ticuna: gênero e política na Amazônia	Artigo	feminismos étnicos; liderança; comparação; fronteira Brasil-Colômbia.
Mülling (2018)	Educação profissional com indígenas: possibilidades do corazonar e melhor viver	Dissertação	educação especial; educação indígena; educação profissional; interculturalidade
Santos e Mülling; (2019)	A presença de estudantes indígenas na educação profissional tecnológica	Mestrado	educação profissional; educação indígena; interculturalidade
Dutra e Mayorga (2019)	Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política	Artigo	movimentos de mulheres indígenas; raça/etnia; gênero; feminismo; psicologia social
Guajajara (2020)	Mulheres indígenas: gênero, etnia e cárcere	Dissertação	mulheres indígenas; gênero; identidade; interseccionalidade; silenciamento; prisão
Melo Filho, Bezerra e Medeiros Neta (2020)	Políticas de educação profissional e tecnológica (EPT), voltadas para diversidade e inclusão: à educação escolar indígena - entre 1995-2006	Artigo	educação indígena; diversidade; inclusão; educação profissional; políticas públicas

Fonte: Elaborado na pesquisa pelo autor.

No conjunto da análise que originou o Quadro 1, seguindo a metodologia de Sampieri, Collado e Lúcio (2006), é possível encontrar e classificar quatro eixos de categorias (EC) para a construção do conceito (ou abordagem) do FDI na EPT que, somados aos desafios teóricos apresentados na seção 2, formam um complexo exercício teórico e de investigação em que não bastam os relatos bem-sucedidos, verificados em grande parte dos achados de revisão da literatura.

Os desafios impostos à pesquisa nesta temática exigem, fundamentalmente, práticas mais explícitas de protagonismo e autoria das meninas e mulheres indígenas, nos espaços dos

IFs, dando significação ao FDI na EPT nacional, com alinhamentos efetivos às teorias e produções da América e Caribe (LUGONES, 2012; 2014; WALSH, 2005; 2013).

Os quatro eixos de categoria (EC) são:

- EC 1: O elemento cultural.
- EC 2: O elemento político (local/nacional/internacional-continental): do Brasil ao contexto da América e Caribe.
- EC 3: O elemento articulador profissionalidade-comunidade.
- EC 4: O elemento das “construções” futuras, inacabadas ligadas à terra, ao território, à história dos povos e nações indígenas brasileiras.

Todos esses quatro eixos encontram, nos referenciais apontados na seção 2, um ponto de partida, de processo e de chegada. Talvez, o aprofundamento das diversas linguagens teóricas para o FDI permita direcionar cada uma dessas linguagens teóricas para cada um dos eixos (EC 1 a EC 4). Por exemplo, se o conceito de colonialidade de gênero, de Lugones (2014), for direcionado ao eixo 1, teremos para identificação deste aspecto, nos estudos elencados no Quadro 1, os trabalhos de Cunha e Araújo (2011) ou Melo Filho, Bezerra e Medeiros Neta (2020) sobre gênero, política, movimentos sociais, mas sem esquecer a ancestralidade que encontra muita sintonia com as pesquisas e relatos da obra de Carlson-Manathara e Rowe (2021).

Nesta obra, as autoras Carlson-Manathara e Rowe (2021) reúnem textos das novas relações, em território canadense, entre colonos e indígenas, com destaque para a presença de mulheres, nas negociações diplomáticas, como lideranças respeitadas que tomam decisões políticas sobre o território e sobre a cultura.

Neste breve exemplo ou exercício temático de pesquisa, o referencial brevemente construído, na seção 2, perpassa diretamente todos os quatro eixos de categorias (EC 1 a EC 4), de modo a poder indicar, pelo menos, um trabalho para cada eixo e uma possível definição de FDI na EPT, ampliando e fragmentando a sentença geral construída no final da seção 2. Vejamos o Quadro 2.

Quadro 2 – Exemplo de encaminhamentos para o FDI na EPT brasileira

Teorias múltiplas e interconexas de FDI (em construção)	Referência de produção em periódico nacional brasileiro (EC 1 a EC 4)	Possível definição de FDI na EPT dos IF brasileiros
Colonialidade de Gênero; feminismo descolonial (LUGONES, 2008; 2010; 2012; 2014)	Melo Filho, Bezerra e Medeiros Neta (2020)	FDI discorre sobre políticas de educação escolar indígena na EPT brasileira; o FDI se organizará sob o fator e a variável histórica da EPT no Brasil.
<i>Empowerment</i> feminino indígena mundial (GREEN, 2007)	Dutra e Mayorga (2019)	FDI e EPT devem estar marcados pelo <i>empowerment</i> de mulheres indígenas: movimentos sociais, partidos políticos e ação em todos os setores do Estado.
Projetos de bem-viver; ressignificação histórica com o protagonismo feminino indígena (CARLSON-MANATHARA e ROWE, 2021).	Mülling (2018); Martins (2016)	FDI na EPT não apaga a história, ao contrário, a retoma, a evidencia e faz pontos para um futuro novo e diferente, com vistas à igualdade de direitos, com respeito às diversidades.
Luta decolonial (LOSURDO, 2020)	Grubits (2014)	FDI na EPT brasileira sempre será um construto teórico de luta dos povos e nações indígenas no Brasil.
Corazonar (KUSH, 2000; ARIAS, 2010)	Mülling (2018)	FDI deverá se comportar “emocionalmente” como prática política de resistência: “ <i>corazonamiento</i> ” de saberes, poderes e ser/estar no mundo.

Fonte: Elaborado na pesquisa pelo autor.

O Quadro 2 traz um resumo de encaminhamentos que tanto configura uma teoria para o FDI como também encaminha novas outras pesquisas para um FDI na EPT brasileira. Esse mesmo exercício pode ser feito com os demais referenciais indicados na seção 2. O quadro 2 é apenas um resumo ou exemplo de aplicação das múltiplas categoriais de FDI a serem aplicadas nos elencamentos organizados nesta pesquisa.

Nesse resumo, destaca-se, ainda, a importância de continuidades de conceitos e definições de FDI na EPT com relação à articulação da EPT nos IFs no Ensino Médio das Escolas Indígenas e a EJA (Educação de Jovens e Adultos), além de reflexões sobre os cursos organizados sob a perspectiva da Pedagogia da Alternância que respeita as culturas, os saberes e os calendários dos povos e nações indígenas.

Discute-se, portanto, nessa seção, com os Quadros 1 e 2, em resposta à problemática levantada, que o FDI na EPT, a se efetivar nos IFs brasileiros, necessita de um marco teórico mais unificado, ao mesmo tempo, complexo, mas que se articulem para além de relatos bem sucedidos ou críticas históricas que não mobilizam ações proativas de transformação das realidades que ainda revelam um pensar e muitas vezes um agir colonial contra as meninas e

mulheres indígenas, suas culturas e seus protagonismos no interior das escolas de formação profissional, os IFs, com a EPT.

Considerações finais

Sobre a problemática da pesquisa, há mais de uma forma em que o pensamento do FDI se apresenta na EPT, em periódicos nacionais: se apresenta, por exemplo, na questão cultural indígena (Eixo de Categoria 1, EC 1) e, ligado à cultura, à participação política – *empowerment* – (EC 2). Além disso, na formação profissional técnica, incluindo o fator mais importante, ao ver dessa pesquisa, qual seja, o EC 4: projetos de vida e bem-viver na contemporaneidade, as reflexões sobre a terra e o território.

Essas questões do EC 1 a 4, os eixos de categorias, acompanham a própria estruturação do conceito e da teoria do FDI que ainda se apresenta como um sistema aberto no sentido de não haver uma única categoria teórica, na América e Caribe, que tenha uma abrangência tal que evidencie a temática na EPT nos Institutos Federais brasileiros. O mapeamento indicado (seção do referencial teórico), como se afirmou, é apenas uma breve pontuação da complexidade e profundidade teórica que ainda está por se fazer e que não foi o objetivo direto da pesquisa, ser aprofundado, mas “mapeado”, visando justamente a continuidade dos estudos na temática, em especial, sob o protagonismo e a produção de meninas e mulheres indígenas estudantes em formação nos institutos federais brasileiros.

Conclui-se, também, que a construção de um estudo teórico ou empírico sobre o FDI na EPT brasileira só é possível seguindo o alinhamento teórico e empírico efetivado na América e Caribe, em sua longa trajetória de produção em língua inglesa, mas, sobretudo, espanhola. Para o construto teórico brasileiro, nos institutos federais, alguns outros pontos são fundamentais:

- Desenvolver orientação de pesquisas com mulheres indígenas desde a iniciação científica na graduação e no ensino médio (articulações graduação e educação básica), conforme Brasil (2008a; 2008b), para se desenvolver, na EPT brasileira, um feminismo decolonial indígena que esteja presente nos projetos dos cursos técnicos;

- Pensar e refletir sobre os cursos dos IFs que apresentem a perspectiva feminista decolonial indígena a partir dos encaminhamentos do Quadro 2.

Um detalhe a não se perder de vista é considerar a particularidade dos povos e nações indígenas brasileiras, particularmente, as meninas e mulheres, diante da proposta de *empowerment* de meninas e mulheres, ao redor do mundo, conforme produções indicadas no interior de um movimento e pensamento decolonial feminista.

Tem-se, portanto, um desafio grande, ao mesmo tempo inicial, qual seja, o de organizar um quadro teórico amplo com todas as teorias que possam ser agrupadas sob o FDI. O segundo desafio é articular essas diversas vertentes, sob o FDI na EPT, de modo a não apenas se efetivar o acesso e permanência das meninas e mulheres indígenas, mas, sobretudo, se atestar as integrações ao mercado de trabalho, fora das comunidades dos povos e nações indígenas e, ao mesmo tempo, ou não, o movimento para o interior dessas comunidades, os retornos dos conhecimentos e formação adquirida na possível transferência de tecnologias, saberes e inovações, tal como preconizado nas legislações que demarcam o existir dos cursos profissionalizantes dos Institutos Federais.

Nesse sentido, a articulação do ensino médio nas escolas indígenas e na EJA é um dos focos de ação desses Institutos, gerando uma “cultura feminista decolonial indígena”, desde a educação básica, no âmbito da Educação Escolar Indígena – esse, um assunto para a continuidade dessa pesquisa sobre o FDI na EPT, com alinhamentos às produções sobre o tema na América e Caribe, inventariadas, de forma muito breve, mas que necessitam de uma explanação e aprofundamento para futuras pesquisas com esta temática.

Referências

ARIAS, Patricio Guerrero. *Corazonar: uma antropologia comprometida com la vida*. Quito, Ecuador; AbyaYala, 2010.

BARROS, George Sterfson. *Educação Profissional em Regime de Alternância na Comunidade Indígena do Guariba, no Estado de Roraima*. 2013. (74 f.). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ, 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 11.892, de 29 de novembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008a.

BRASIL. *Um novo modelo de educação profissional e tecnológica*. Concepções e diretrizes. Brasília: MEC, 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 11.892, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012.

CARLSON-MANATHARA, Elizabeth; ROWE, Gladys. *Living in indigenous sovereignty*. New York, NY: Columbia University Press, 2021.

CHARMAZ, Kathy A. *Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed; 2009.

CUNHA, Robério Davi Borges; ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. Um olhar sobre as relações de gênero das mulheres indígenas no Brasil. In: *III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*, 26 a 28 de outubro de 2011, João Pessoa, PB, 2011. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/07/38.pdf> Acesso em: 26 mai. 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakaxUtxiwa: a reflection on the practices and discourses of decolonization. *South Atlantic Quarterly*, 111 (1), p. 95-109. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/south-atlantic-quarterly/article-abstract/111/1/95/3568/Ch-ixinakax-utxiwa-A-Reflection-on-the-Practices> Acesso em: 29 jun. 2021.

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. *Psicologia: ciência e profissão*, 39, special, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TmkJTj6vTNMxpzhB3jhbPjK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2021.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. *A experiência escolar de mulheres na educação profissional integrada à EJA: relações de saber em sala de aula*. 281f. 2012. (Tese de Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio. *Mulheres indígenas: gênero, etnia e cárcere*. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

GREEN, Joyce. (ed). *Making space for indigenous feminism*. Winnipeg: Fernwppd Publishing, Zed Books, 2007.

GRUBITS, Sonia. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. *Psicologia e Sociedade*, 26 (1), abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/3mmjb9mWDq68MvmTKPcFtVR/?lang=pt> Acesso em: 26 maio 2021.

IBARRA, Elizabeth Del Socorro Ruano; SOUZA, Liliana Vignoli de Salvo. Mulheres Ticuna: gênero e política na Amazônia. *Amazônica – Revista de Antropologia*, v.8, n.1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/4726> Acesso em: 26 maio 2021.

KUSCH, Rodolfo. *Obras Completas – Tomo II (América profunda e El pensamiento indígena y popular em América)*. Rosário, Argentina: Editorial Fundación A. Ross, 2000.

LOPES, Tatiana Silva. *A Educação Profissional ofertada pelo IFRR para as Comunidades Indígenas do Município de Amajari -RR*. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

LOSURDO, Domenico. *Colonialismo e luta decolonial: desafios da revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, Florianópolis, SC, 22(3): 935-952, setembro-dezembro, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> Acesso em: 29 jun. 2021.

LUGONES, María. Subjetividades clava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. Pensando los feminismos em Bolivia: *Serie Foros 2*, La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, 2012, p.129-140. Disponível em: <http://rcci.net/globalizacion/2013/fg1576.htm> . Acesso em: 29 jun. 2021.

LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*,25(4):742–759, 2010. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/hypatia/article/abs/toward-a-decolonial-feminism/55AE2579879922FABD10230203ACFBA0> . Acesso em: 29 jun. 2021.

LUGONES, María. The Coloniality of Gender. *Worlds & Knowledges Other wise*, 1-16, 2008. Disponível em: https://globalstudies.trinity.duke.edu/sites/globalstudies.trinity.duke.edu/files/file-attachments/v2d2_Lugones.pdf . Acesso em: 29 jun. 2021.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Handson Rubem. *O curso Técnico em Agropecuária na modalidade PROEJA Indígena: Educação profissional na comunidade Ticuna*. 2016. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

MELO FILHO, Hélio Teodósio de; BEZERRA, Heriberto Silva Nunes; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. (2020). Políticas de educação profissional e tecnológica (ept), voltadas para diversidade e inclusão: à educação escolar indígena - entre 1995-2006. *Cenas Educativas*, 3,. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/9915>. Acesso em: 26 maio 2021.

MILHOMEM, Maria Santana Ferreira dos Santos. Mulheres indígenas, sim. Professoras, por que não? Um estudo sobre as representações de gênero e poder na comunidade. In: *Fazendo Gênero 9*, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em:

http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277742945_ARQUIVO_mulheresindigenassimprofessorasporquenao.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.

MÜLLING, Juliana da Cruz. *Educação profissional com indígenas: possibilidades de corazonar e melhor viver*. 2018. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Priscila da Costa; MACÊDO, Amanda Machado; CARVALHO, Águido Akell Santos de. Mulheres indígenas em Tabatinga (AM): uma análise comparativa entre os residentes na Terra indígena Tukuna Umariáçu e as residentes na área urbana do município. In: *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, São Pedro, SP, de 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-8-31-463-169.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. En: *Ecuador Debate*. Descentralización: entre lo global y lo local, Quito: CAAP, (n. 44, agosto 1998): p. 227-238. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LÚCIO, Maria del Pilar Baptista. *Metodologia Científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Simone Valdete dos; MÜLLING, Juliana da Cruz. A presença de estudantes indígenas na educação profissional tecnológica. *Educação*, 42(3), 475-485. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/33245>. Acesso em: 02 jul. 2021.

SCHIWY, Freya; MIGNOLO, Walter; TORRES, Nelson Maldonado. *(Des)colonialidad del ser y del saber: (video)indigenas y los límites coloniales de la izquierda* em Bolivia. Buenos Aires: Ediciones del signo: Globalization and the Humanities Project (Duke University), 2006.

SEGATO, Rita L. *La Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016. Disponível em: <https://www.traficantes.net/libros/la-guerra-contra-las-mujeres> Acesso em: 30 jun. 2021.

WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial*. Reflexiones latino americanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005.

Submetido em 08 de julho de 2021.

Aceito em 23 de junho de 2022.

Publicado em 14 de outubro de 2022.